



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 21987455

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 20487579

ID (PAC):

Seeng_03_2024

A. Descrição sucinta do objeto

Contratação de empresa de engenharia para execução de reforma para adequação da acessibilidade no Edifício Gama Dias da Justiça Federal de Goiás, em Goiânia.

CNAE: 4120-4/00

CATSER: 1627

B. Justificativa expressa para a contratação

A contratação é necessária para/porque *(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)*

A presente contratação se dá com intuito de garantir o cumprimento da ABNT NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos, além de quaisquer outras normas técnicas e legislações que versem sobre a acessibilidade e garanta um conforto, mobilidade e alcance satisfatório às Pessoas com Deficiência -PcD.

Além do atendimento legal, este objeto irá satisfazer a todas as orientações e exigências apresentadas no Relatório de Auditoria de Acessibilidade e Instalações Físicas - presente no PAe 0004904-67.2022.4.01.8006.

A não contratação implicará *(expor as consequências advindas da não contratação)*

A não contratação do objeto pretendido poderá acarretar os seguintes riscos e consequências:

- Desacordo com as normas vigentes de acessibilidade às Pessoas com Deficiência - PcD;
- Não cumprimento das orientações e exigências apresentadas no Relatório de Auditoria de Acessibilidade e Instalações Físicas - presente no PAe 0004904-67.2022.4.01.8006.

C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais

A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no Plano Anual de Contratações – PAC do ano de 2024 (19545411).

D. Proposta de solução

D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado

Solução nº	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta (órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores etc.)	Link das consultas (doc. SEI)
------------	--	--	-------------------------------

Não se aplica à ação em tela.

Durante a etapa de projeto, contratado pela Administração - por meio do PAe 0000011-96.2023.4.01.8006 - realizou-se estudos comparativos e de viabilidade técnica para a definição da melhor estrutura e sistemas que atenderiam às necessidade do Edifício Sede desta Seção Judiciária de Goiás.

D.2. Estimativa de preços das alternativas de solução

Todos os custos para a execução do serviço pretendido foram obtidos por meio de tabelas referenciais oficiais (SINAPI, AGETOP etc).

O orçamento e seus anexos seguem as diretrizes e orientações da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto nº 7.983 de 8 de abril de 2013 e do Art. 9º da Resolução CNJ N. 114/2010

Os valores estimados encontram-se apresentados nos Anexo II - Planilha orçamentária (DESONERADO) (20281436) e Anexo VI - Planilha Orçamentária (NÃO DESONERADO) (20281452):

- **Desonerado: R\$ 391.626,24 (trezentos e noventa e um mil seiscentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos);**
- **Não desonerado: R\$ 396.492,41 (trezentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e um centavos).**

Será considerado, nesta contratação, o valor **DESONERADO** por ser mais vantajoso para a administração pública.

D.3. Razões da escolha da melhor solução (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)

Por se tratar de serviços, na qual a execução deve cumprir as normas técnicas da ABNT e dos órgãos de fiscalização do trabalho, a solução deve ser aquela apresentada por estes documentos, não abrindo margem para a inserção de outras alternativas.

D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Em se tratando da execução de serviços comuns de engenharia, a área técnica define que o parcelamento gera conflitos de compatibilização dos sistemas e uma dificuldade na distribuição de responsabilidades futuras, tanto no gerenciamento das diversas empresas, quanto na imputação de responsabilidades.

Outro ponto que merece destaque é o atendimento a dois princípios básicos da Administração Pública - Economicidade e Eficiência. O primeiro pelos custos diretos e indiretos que seriam acrescidos nas contratações em separado, como FISCALIZAÇÃO e utilização de mão de obra da ADMINISTRAÇÃO, sem falar nos processos licitatórios e gestões de contratos em separado. Quanto ao segundo, conforme já citado, atualmente não seria possível à realização e fiscalização de vários processos em separado, o que comprometeria o resultado final esperado pelos usuários.

Haverá ainda ganho de escala pela diminuição dos custos de mobilização e desmobilização, custos de administração central e custos de licitação, caso tivesse mais de uma empresa contratada.

De acordo com o artigo 40 da Lei 14.133/2021, a aplicabilidade do princípio do parcelamento não é absoluta, dependendo da presença de dois requisitos: viabilidade técnica e vantajosidade econômica, conforme consignado nos parágrafos 2º e 3º do referido artigo.

No caso da contratação dos serviços comuns de engenharia, objeto da pretensa contratação, área técnica entende que o parcelamento gera conflitos de compatibilização dos sistemas e uma dificuldade na distribuição de responsabilidades futuras, tanto no gerenciamento das diversas empresas, quanto na imputação de responsabilidades. Além disso, segundo o inciso I do § 3º do artigo 40, o parcelamento não será adotado quando:

"I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo".

Diante do exposto, verifica-se que o parcelamento somente deve ser adotado se não houver prejuízo técnico ou econômico para o órgão que estiver realizando a contratação. Para a presente contratação, a divisão impediria a centralização da responsabilidade de uma única empresa contratada, a qual esta equipe considera adequada para facilitar a verificação de possíveis problemas, das suas causas e da atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado. Ademais, a opção pelo **não parcelamento** do objeto torna a execução mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica por manter a qualidade do serviço, posto que o gerenciamento permanece todo tempo a cargo de um único administrador, permitindo um maior nível de controle na execução da atividade pela Administração, o que garante a harmonia no funcionamento do ambiente operacional, evitando-se incompatibilidades que poderiam advir da contratação individual dos serviços.

D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível)

A aplicação de cotas não se aplica uma vez que o objeto possui valor estimado superior a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto na [Lei 14133/2021](#) Art. 4º, §2º.

E. Requisitos da solução escolhida

E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)

Análise das contratações anteriores:

O seguinte processo, com objeto semelhante ao pretendido, foi contratado pela Seccional: PAe 0004729-78.2019.4.01.8006. Da análise deste processo verificou-se que:

- A experiência e qualificação técnica dos contratados têm deixado a desejar, executando serviços com baixa qualidade. Essas falhas causam atrasos e retrabalho durante a execução dos serviços. Com objetivo de selecionar melhores fornecedores, a Administração poderá ser mais exigente quanto aos critérios de qualificação técnica, respeitando, no entanto, os dispositivos da legislação e recomendações do Tribunal de Contas da União.
- Autuou-se o PAe 0005955-79.2023.4.01.8006 que objetiva o acompanhamento diário da execução dos serviços garantindo que o andamento das atividades sigam o planejamento (cronograma físico-financeiro) e que a execução do serviço siga fielmente os projetos.

Requisitos qualitativos:

- O Termo de Referência deverá prever a contratação de empresa que tenha empregados qualificados. A comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante deve limitar-se à indicação de profissional detentor do acervo técnico estabelecido no edital que, à data da celebração da avença com a Administração, esteja vinculado à empresa por meio de contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum, sem, necessariamente, possuir liame com o

quadro permanente da empresa licitante. Esses empregados ficarão sob a inteira e exclusiva responsabilidade da Contratada e serão designados para a execução dos serviços, conforme descritos no Contrato e em seus anexos. Tais empregados, de forma geral, deverão atender os seguintes requisitos:

- Ter qualificação e habilidades para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- Ter princípio de urbanidade e apresentar-se sempre com uniforme completo, limpo e com crachá;
- Pertencer ao quadro de empregados da CONTRATADA.
- O CONTRATADO deverá ser registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-GO;
- A empresa CONTRATADA deverá possuir capacidade técnica e experiência comprovadas nos serviços abrangidos pelo objeto da licitação;
- Os serviços rejeitados pela FISCALIZAÇÃO, devido ao uso de materiais improvisados e/ou mal executados, deverão ser refeitos corretamente com o emprego de materiais aprovados, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente do fato;
- O objeto a ser contratado enquadra-se como serviço comum de engenharia por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. Além disso, verifica-se que para a realização do objeto, será necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, o que o caracteriza como serviço de engenharia;
- Conforme determina a IN SEGES/ME nº 116, de 2021, determina, em seu art. 4º: "será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física". Como apresentado no Anexo II - Planilha Orçamentária (DESONERADO) (20281452), onde tem-se a composição dos serviços, é necessária uma estrutura mínima de mão-de-obra, ferramental e materiais para execução do objeto da pretensa licitação.

Requisitos quantitativos:

- O levantamento de quantidades foi realizado com base em projeto específico contratado pela Administração - por meio do PAe 0000011-96.2023.4.01.8006.
- O serviço terá duração estimada em **03 (três) meses**, conforme cronograma (20281474) e custo estimado em **R\$ 391.626,24 (trezentos e noventa e um mil seiscentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos)**.
 - Início da execução do objeto: em 01 (um) dia útil, a contar da data estabelecida na Ordem de Execução de Serviço.
- A área de execução dos serviços, bem como as atividades a serem realizados, encontram-se determinados nas Plantas Técnicas/Projetos, nas Planilha Orçamentárias e demais documentos técnicos que comporão a contratação pretendida.

E.2. Critérios de sustentabilidade

*Os itens pretendidos são sustentáveis? Indicar a resposta expressamente para cada item (SIM ou NÃO). Em caso de resposta **afirmativa** para um ou mais itens: indicar os critérios de sustentabilidade adotados para cada item.*

*Em caso de resposta **negativa** para um ou mais itens: justificar o afastamento dos critérios de sustentabilidade para cada item.*

Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 janeiro de 2010, a reforma deverá implementar critérios de sustentabilidade e acatar as seguintes orientações, descritas abaixo:

- considerar equipamentos e produtos de tecnologia que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva *RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)*, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- utilizar materiais e equipamentos que visam garantir a economia da manutenção, a operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e de água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzem o impacto ambiental;
- deverá, ainda, atender aos normativos Decreto Federal nº 7.746/2012, Instrução Normativa-IN nº 01/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG, Resolução do Conselho Nacional de Justiça-CNJ nº 400/2021, a Resolução Presi 10/2021 - que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região, o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

E.3. Critérios de acessibilidade

Conforme Res. Presi 36/2021, do TRF1 (14003741):

Art. 19. As contratações deverão observar a legislação que disponha sobre acessibilidade, em especial à [Resolução CNJ 401/2021](#), naquilo que couber, e as seguintes diretrizes:

I - promover a igualdade por meio da adoção de medidas apropriadas para eliminar e prevenir quaisquer barreiras urbanísticas ou arquitetônicas, de mobiliário, de acesso aos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas;

II - assegurar acessibilidade plena a espaços, informações e serviços, coibindo qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência.

E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos

Itens	Requisitos mínimos	- Fabricante 1 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante 2 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante... - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	Justificativa Caso alguma especificação (requisitos mínimos) deva ser mantida, ainda que não atendida por pelo menos três dos fabricantes listados.

Não se aplica à ação em tela.

F. Descrição da solução como um todo

F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida

Os resultados pretendidos deverão atender as exigências apresentadas pelas normas técnicas da ABNT e da legislação vigente.

F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica à ação em tela.

F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida

Para a correta execução contratual do serviço, as seguinte situações ocorrerão::

- a etapa de demolição se constitui como aquela que possivelmente gerará os maiores incômodos e inconveniências, em virtude do intenso barulho e das frequentes vibrações, e sua execução é estimada - por este setor técnico - em até 05 (cinco) dias por pavimento, previsão essa que pode sofrer alterações, conforme definição do projetista;
- as atividades serão realizadas durante o horário comercial e, sob recomendação desta Seção, a contratada será orientada a concentrar, quando possível, os serviços de demolição no período da manhã;
- haverá, eventualmente, interrupções no fornecimento de água e energia elétrica, conforme previsões no cronograma e de acordo com as necessidades apresentadas pela responsável pela execução. Cumpre salientar, que todas essas ações serão comunicadas com antecedência à Administração e aos usuários.

F.4. Descrição integral da solução

1 SERVIÇOS INICIAIS

1.1 O registro no CREA é de responsabilidade da CONTRATADA, assim como, as respectivas taxas. Antes do início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a ART dos serviços.

2 LOCAL DE EXECUÇÃO

2.1 Os serviços serão executados no Edifício Gama Dias, localizado na Avenida República do Líbano, nº 1513, Setor Oeste, Goiânia/GO.

3 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A CONTRATADA deverá executar os serviços, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme projeto anexo, composto por desenhos técnicos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais partes componentes;

3.2 Os serviços consistirão na adequação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico desta Justiça Federal;

3.4 Os materiais e insumos a serem utilizados deverão seguir as especificações apresentadas nos projetos, atentando-se as especificações de resistência;

3.5 As normas técnicas, referenciadas nos desenhos técnicos, memorial descritivo e demais partes, deverão ser impreterivelmente seguidas, inclusive no que tange a realização de ensaios, testes de resistência, dentre outros;

- 3.5.1 No caso da realização de testes e ensaios, todos os laudos emitidos, com as respectivas conclusões e pareceres, deverão ser encaminhados à FISCALIZAÇÃO, para arquivamento em pastas apropriadas.
- 3.6 Os serviços só poderão ser realizados por profissionais habilitados, com as respectivas comprovações de capacidade técnica profissional;
- 3.7 A CONTRATADA será comunicada pela FISCALIZAÇÃO, por escrito, dos problemas detectados na obra, na data da identificação;
- 3.8 Todos os materiais recebidos na obra, a serem empregados na construção, serão conferidos com as respectivas notas fiscais, devendo ser arquivadas suas cópias em pasta apropriada, no escritório da FISCALIZAÇÃO;
- 3.9 As medições serão realizadas pela CONTRATADA e conferidas pela FISCALIZAÇÃO, devendo ser feitos os cálculos pertinentes e elaborado Relatório de Medição com todo o memorial de cálculo;
- 5.3.9.1 As notas fiscais referentes às medições dos serviços, emitidas pela CONTRATADA, serão conferidas e atestadas pela FISCALIZAÇÃO antes de serem remetidas à ADMINISTRAÇÃO.
- 3.10 Será lavrado Diário de Obras pela CONTRATADA e assinado diariamente pela FISCALIZAÇÃO, ficando uma via arquivada em pasta apropriada;
- 5.3.10.1 Deverão ser registradas no diário, pela FISCALIZAÇÃO, ocorrências que impactam no ritmo de execução, tais como: intempéries, falta de materiais, entre outros;
- 5.3.10.2 Não serão aceitas manifestações escritas diretamente no Diário de Obras pela CONTRATADA, pertinentes a problemas ou orientações referentes aos serviços;
- 5.3.10.3 O Diário de Obras deverá conter campo específico e separado para a CONTRATADA e para a FISCALIZAÇÃO, sendo vedada anotação fora do local destinado às anotações correspondentes.
- 3.11 Todos os funcionários da CONTRATADA deverão vestir uniformes com a inscrição do nome ou logomarca da empresa e todos deverão estar identificados por crachás;
- 5.3.11.1 Não será permitido o uso de bermudas, shorts ou chinelos;
- 3.12 Compete à CONTRATADA fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs, exigidos e necessários para o bom andamento dos serviços;
- 3.13 Compete à CONTRATADA obter junto aos órgãos competentes, **conforme o caso**, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4 RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- 4.1.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma físico financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 4.1.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma físico financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 4.2 O recebimento provisório será realizado pelo setor técnico, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 4.2.1 A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados

pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

4.2.1.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

4.2.1.3 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

4.1.4 A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

4.3 No prazo de até 15 (*quinze*) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

4.4 No prazo de até 15 (*quinze*) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

4.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela FISCALIZAÇÃO e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

4.6 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela FISCALIZAÇÃO, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto;

4.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

4.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5. COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA

5.1 CONFORMIDADE E CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA CONTRATADA

5.1.1 Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste área de atuação compatível com Serviços de Engenharia ou Atividades Técnicas Relacionadas à Engenharia;

5.1.1.1 As certidões de registro da empresa no CREA, emitidas via Internet, somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet).

5.1.2 Pelo menos um atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a CONTRATADA executou Obras e Serviços Similares ao Objeto da Licitação,

com área igual ou superior a 1.500,00 m²

5.2 CAPACIDADE TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS

5.2.1 O(s) profissional(is) deverá(ão) comprovar a regularidade junto ao CREA/CAU da jurisdição do domicílio do profissional, com validade na data prevista para entrega da proposta;

5.2.2 O acervo técnico especificado deverá ser do profissional titular que acompanhará a execução dos serviços;

5.2.3 O(s) profissional(is) deverá(ão) pertencer ao quadro permanente da empresa;

5.2.3.1 Para fins deste Termo entende-se como pertencentes ao quadro permanente da licitante:

- a) sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
- b) administrador ou o diretor;
- c) empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) profissional com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

G. Declaração de viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico desenvolvido, declaro que a solução apresentada é viável de prosseguir e ser concretizada, pois:

- Está alinhada com os objetivos estratégicos do órgão ou com os programas/atividades formalmente estabelecidas para a Unidade Requisitante;
- A necessidade apontada é clara e adequadamente justificada;
- As quantidades e demais exigências a contratar estão coerentes com os requisitos quantitativos e qualitativos que precisam ser atendidos para resolução da necessidade identificada;
- As providências para adequar o ambiente do órgão são viáveis;
- Foi realizada a contratação dos projetos necessários, a fim de que a Administração Superior possa avaliar, aprovar e programar o provimento dos recursos necessários ao longo de todo o período de implantação da solução;
- Todos os custos para a execução do serviço pretendido podem ser obtidos por meio de tabelas referenciais oficiais (SINAPI, GOINFRA etc).

H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*



Documento assinado eletronicamente por **Janaina das Graças Araujo, Engenheiro(a)**, em 02/01/2025, às 17:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Junio Fonseca Dias, Engenheiro(a)**, em 02/01/2025, às 17:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Paulino da Silva, Supervisor(a) de Seção**, em 02/01/2025, às 17:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21987455** e o código CRC **7C2C25B2**.

Rua 19, nº 244 - Bairro Setor Central - CEP 74030-090 - Goiânia - GO - www.trf1.jus.br/sjgo/

0000409-09.2024.4.01.8006

21987455v5